



REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

CNPJ/MF 94.845.674/0001-30
NIRE 43 3 0000283 7

Relatório de Administração

Senhores Acionistas,
O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete à apreciação de V.S.º seu Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2015. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes.

Perfil da Companhia: A RPR tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, GLP, Aguardar, Óleos Especiais, Pentanos e Solventes Leves.

Ambiente Econômico: Ao longo de 2015 acentuou-se a deterioração do cenário macroeconômico no Brasil, com inflação e taxas de juros crescentes, forte desvalorização do real frente ao dólar, redução do nível de emprego e da atividade econômica, culminando com o rebaixamento do grau de investimento do Brasil por agências internacionais de classificação de risco. A inflação, medida pelo IPCA, superou o centro da meta estipulado pelo Banco Central, fechando o ano em 10,7%. A taxa de juros básica da economia iniciou o ano em 12,25% a.a. e alcançou 14,25% a.a. no encerramento do exercício. O câmbio sofreu uma desvalorização média de 41,5% em relação a 2014, atingindo a cotação de R\$ 3,90 por dólar no final do período. O preço médio do petróleo Brent em 2015 foi de US\$ 52,5/bbl, inferior 46,9% em relação a 2014 e representando queda de 24,9% em moeda nacional. O Brent fechou o ano em US\$ 35,7/bbl, menor cotação desde dezembro de 2008. Os preços de petróleo em 2015 refletiram um excesso de oferta em relação à demanda global, decorrente do menor crescimento das principais economias mundiais, especialmente a China, redução das sanções internacionais ao Irã, gerando a expectativa de retomada da oferta de seu petróleo no mercado internacional e a manutenção do nível de oferta dos países que compõem o OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), especialmente a Arábia Saudita. Conforme dados divulgados pela ANP, entre janeiro e novembro de 2015 houve decréscimo de 1,8% no consumo de derivados de petróleo no mercado brasileiro. No Rio Grande do Sul a redução foi de 0,9% para o mesmo período. Em outubro, os preços de gasolina e óleo diesel foram reajustados nas refinarias, em média 6,0% e 4,0%, respectivamente.

A REFINARIA RIOGRANDENSE - Contexto Operacional: Em 2015, a RPR atuou integralmente com refino próprio, ao contrário do ocorrido entre 2011 e 2014 quando a Companhia operou majoritariamente na modalidade de industrialização, que foi o mecanismo estabelecido para viabilizar a continuidade operacional da RPR, com equilíbrio econômico, nas ocasiões em que as condições do mercado não propiciassem a geração de margens positivas no refino de petróleo. A partir do final de 2014 as principais variáveis de mercado (preços de petróleo, câmbio, preços de derivados), se alinharam de modo a criar a possibilidade de obtenção de margens positivas no refino. Em consequência, a RPR retornou à sua operação tradicional no ambiente de negócios da indústria de petróleo, realizando aquisições de matérias-primas nacionais e importadas e fazendo a

comercialização de seus produtos, direcionados principalmente ao atendimento do mercado regional.

Excelência: A RPR tem preocupação permanente com o equilíbrio da produção industrial, o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas, objetivando o crescimento socioeconômico sustentável e a garantia da segurança dos seus empregados e da comunidade onde está inserida. No atendimento desses objetivos a Companhia manteve em 2015 a certificação do seu Sistema de Gestão Integrada (SGI), que engloba as normas ISO 9001 (qualidade), ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional).

Investimentos e Desenvolvimento Tecnológico: Em 2015, a RPR investiu R\$ 9,5 milhões em projetos direcionados a assegurar o atendimento de exigências legais aplicáveis ao refino de petróleo, à garantia da confiabilidade operacional das unidades de processo e à manutenção dos adequados níveis de segurança, qualidade e produtividade nas operações de estocagem e transferência de produtos. Um evento relevante no ano foi a realização da Parada Programada de Manutenção da Unidade de Craqueamento Catalítico (FCC), principal unidade produtora de gasolina e GLP, com duração de 27 dias (09/nov a 05/dez), que envolveu 256 pessoas, entre profissionais próprios e empregados de 18 empresas prestadoras de serviços. Simultaneamente com a parada do FCC, no período de 15/nov a 25/nov, foram efetuados serviços de manutenção nos sistemas de utilidades e queimadores de segurança (flare), que exigiram interrupção na produção das unidades de destilação atmosférica. Consequência da criteriosa preparação, os serviços transcorreram conforme o planejado, especialmente no que se refere à observância das condições e procedimentos de segurança industrial, não havendo o registro de acidentes ou ocorrências anormais. A parada implicou um gasto total de R\$ 9,4 milhões.

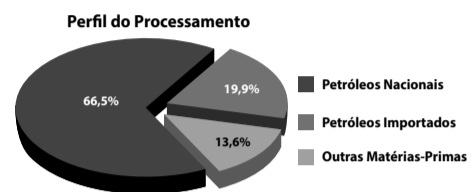
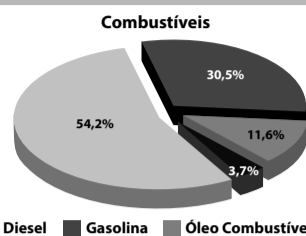
No que se refere ao desenvolvimento de novos produtos para o mercado, a Companhia iniciou em junho a produção do "Diesel S-300", destinado a atender o segmento de implementos agrícolas e rodoviários. O consumo nacional desse produto é estimado em 1.000 m³/ano e a RPR tem capacidade de atender integralmente essa demanda.

Gestão de Pessoas: Política de RH da Companhia visa estabelecer um relacionamento de longo prazo com seus empregados através de um adequado plano de benefícios e um sistema de remuneração que reconhece o desempenho. Os benefícios oferecidos incluem participação nos lucros, gratificações por tempo de serviço, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório na empresa, clube esportivo, plano de saúde e de previdência privada. Em 2015 foi implantado o Plano de Reconhecimento ao Desempenho Profissional, que contemplou 25 colaboradores que apresentaram desempenho destacado durante o ano. Neste ano, o programa de treinamentos atingiu a totalidade do efetivo da RPR, alcançando índice de 3,8% de H/H treinado. A RPR oferece, anualmente, por meio de programas de estágio e de trainees, oportunidades a universitários e jovens profissionais de aplicar seus conhecimentos

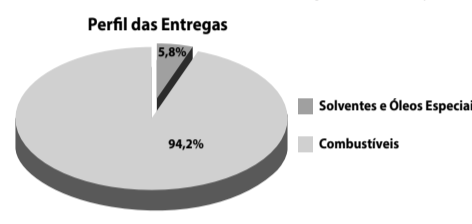
em situações reais de trabalho. Em 2015, foram contratados 30 estagiários e 10 trainees operadores.

Responsabilidade Social: A RPR contribui para promover a inclusão social, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atua. Em 2015 foi concluída a formação da quinta turma do "Projeto Pescar", que propiciou o aprendizado na atividade de solda para 16 jovens em situação de vulnerabilidade social. A Companhia é mantenedora do "Banco de Alimentos" de Rio Grande, que atende mais de 50 instituições assistenciais em Rio Grande e São José do Norte, tendo distribuído 28 toneladas de alimentos que beneficiaram em média mais de 1.500 pessoas por mês.

Produção e Comercialização: O processamento médio em 2015 foi de 10.087 bbl/dia, inferior 24,6% em relação ao ano anterior. A redução ocorreu principalmente pela mudança no perfil dos óleos adquiridos e pelo menor processamento de petróleo nos períodos de impossibilidade de aquisição de matéria-prima com margens adequadas para o equilíbrio econômico financeiro da Companhia.



As entregas de derivados em 2015 atingiram 653,5 mil m³, volume 16,1% inferior ao ano anterior, reflexo da concentração das vendas no mercado regional, que permitiram maior rentabilidade. A participação da empresa alcançou 8,0% do volume total dos derivados de petróleo comercializados no estado do RS (representando 7,1% do mercado de Gasolina; 9,0% de Diesel; 42,2% de OC; 3,0% de GLP e 100,0% de Aguardar Mineral).



Resultado Econômico Financeiro: A retomada da operação com refino próprio influenciou fortemente os resultados econômicos e financeiros da Companhia em 2015.

Indicadores (R\$ mil):	2015	2014
Receita Líquida	974.908	233.308
Resultado Operacional	41.954	(1.582)
Lucro (Prejuízo) Líquido	24.784	(3.109)
EBITDA	52.037	8.016

Receitas: A receita bruta foi de R\$ 1.396,0 milhões enquanto a receita líquida atingiu R\$ 974,9 milhões, superiores, respectivamente, em 380% e 318% em relação a 2014.

Lucro e EBITDA: O lucro líquido foi de R\$ 24,8 milhões e a geração de caixa operacional alcançou R\$ 52,0 milhões, superiores, respectivamente, em 897% e 549% em relação ao ano anterior.

Endividamento: A Companhia encerrou o exercício com uma dívida bruta de R\$ 97,6 milhões, superior 7,1% em relação a 2014, com perfil de 73,2% no curto prazo e 26,8% no longo prazo. A dívida líquida da Companhia encerrou em R\$ 24,2 milhões, redução de 72,8% em relação a 2014 e representando 0,5x EBITDA.

Perspectivas: Para 2016, o cenário da atividade de refino de petróleo no Brasil indica operação com margens positivas, em função de que os preços dos derivados no mercado nacional deverão estar alinhados com o mercado internacional. Neste contexto, a Companhia projeta a continuidade da operação de refino próprio, sendo que já estão adquiridas as matérias-primas para o processamento do primeiro quadrimestre de 2016. Em atendimento aos objetivos estabelecidos pelos seus controladores, a Companhia manterá a gestão eficiente sobre seus processos e gastos operacionais. Adicionalmente, a RPR intensificará sua atuação em logística e gerenciamento de resíduos líquidos e sólidos, a fim de diversificar o portfólio de serviços, agregar valor e garantir a sustentabilidade dos negócios. Por fim, agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2015. **A Administração**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	Passivo		
		31/12/15	31/12/14	01/01/14
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.423	2.141	67.199
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	7	48.969	38.354	10.858
Ganhos não realizados com derivativos	19 D	6.912	934	-
Estoques	8	99.502	97.188	19.455
Impostos a recuperar	9	3.437	18.708	6.849
Outros ativos circulantes		1.037	814	2.942
		<u>233.280</u>	<u>158.139</u>	<u>107.303</u>
Não circulante				
Outros ativos não circulantes		932	980	980
Impostos a recuperar	9	-	-	6.833
Depósitos judiciais	15	2.574	1.457	1.198
Imobilizado	11	192.440	186.474	186.671
Intangível		814	920	1.172
		<u>196.760</u>	<u>189.831</u>	<u>196.854</u>
Total do Ativo		430.040	347.970	304.157

Demonstração do resultado				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2015	2014	
Receita operacional líquida	20	974.908	233.308	
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	23	(895.754)	(207.799)	
Lucro bruto		79.154	25.510	
Outras receitas operacionais		412	1.417	
Despesas com vendas	23	(7.907)	(6.476)	
Despesas gerais e administrativas	23	(29.705)	(22.033)	
Lucro (Prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		41.954	(1.582)	
Receitas financeiras	21	13.504	5.772	
Despesas financeiras	21	(14.069)	(7.268)	
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		41.389	(3.078)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(16.569)	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(96)	(31)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		24.784	(3.109)	
Lucro líquido (prejuízo) por ação		1.5196	(0.1906)	
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária básico (em R\$)		1.6716	(0.2097)	
Lucro (Prejuízo) por ação preferencial básico (em R\$)		-	-	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	31.510	57.946	4.080	31.443	-	124.979
Reapresentação dos valores correspondentes (NE 3)	-	-	-	(7.189)	-	(7.189)
Saldos em 1º de janeiro de 2014	31.510	57.946	4.080	24.254	-	117.790
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.109)	(3.109)
Outros resultados abrangentes	-	2.235	-	(2.363)	2.912	2.784
Total de resultados abrangentes no exercício	-	2.235	-	(2.363)	(197)	(325)
Aumento de capital oriundo de reserva	10.554	-	-	(10.554)	-	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido						
Constituição de reservas	-	-	-	(197)	197	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	42.064	60.181	4.080	11.140	-	117.465
Lucro do exercício	-	-	-	-	24.784	24.784
Outros resultados abrangentes	-	7.457	-	-	2.909	10.366
Total de resultados abrangentes no exercício	-	7.457	-	-	27.693	35.150
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido						
Dividendos propostos	-	-	-	-	(7.064)	(7.064)
Constituição de reservas	-	-	1.240	19.389	(20.629)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	42.064	67.638	5.320	30.529	-	145.551

Demonstração do resultado abrangente				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2015	2014	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		24.784	(3.109)	
Ganhos não realizados com derivativos	19 D	5.978	934	
Ganhos atuariais de plano de benefícios definidos	16	4.388	1.850	
Outros resultados abrangentes		10.366	2.784	
Resultado abrangente total		35.150	(325)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia" ou "RPR") é uma sociedade de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. São sócios da Companhia: Ultrapar Participações S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Braskem S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,585% de ações preferenciais). Suas atividades principais são o refino de petróleo e a comercialização dos seus derivados e correlatos. Os principais produtos produzidos pela RPR são Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, GLP (Gás de Cozinha), Aguardar e Solventes Especiais. Os principais fornecedores de matéria-prima da Companhia são a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrosbras e a Braskem S.A. Durante o período de 2011 a 2014 a RPR operou majoritariamente na modalidade de industrialização, que foi o mecanismo estabelecido para viabilizar a continuidade operacional da RPR, com equilíbrio econômico, nas ocasiões em que as condições do mercado não propiciassem a geração de margens positivas no refino de petróleo. A partir do final de 2014 as principais variáveis de mercado (preços de petróleo, câmbio, preços de derivados), se alinharam de modo a criar a possibilidade de obtenção de margens positivas no refino. Em consequência, a RPR retornou à sua operação tradicional no ambiente de negócios da indústria de petróleo, realizando aquisições de matérias-primas nacionais e importadas e fazendo a comercialização de seus produtos, direcionados principalmente ao atendimento do mercado regional. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2016. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção da adoção do custo atribuído aos itens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é também a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. **d. Uso de estimativa, premissas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a Administração da Companhia utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência e pressupostos relativos a eventos futuros. Os resultados efetivos podem diferir dessas

estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões dessas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, tanto no período presente como em períodos futuros. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 11 - Imobilizado; • Nota 15 - Provisões para riscos; • Nota 16 - Benefícios a empregados; • Nota 19 - Instrumentos financeiros. **3. Reapresentação dos valores correspondentes:** A Companhia utilizou-se da previsão do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro para ajustar as demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. O seguinte ajuste foi realizado objetivando adequar a forma de apresentação da Companhia aos requerimentos CPC para proporcionar apresentação adequada das demonstrações financeiras: No exercício de 2012, a Companhia obteve êxito no processo nº 2005.71.01.001987-1/RS transitado em julgado junto a Receita Federal do Brasil (RFB) referente a recolhimento a maior de PIS/COFINS sobre outras receitas e juros sobre capital próprio abrangendo o período de fevereiro de 1999 até janeiro de 2004. A RFB habilitou os valores apresentados no procedimento nº 17698.720202/2012-15 e a Companhia reconheceu o PIS/COFINS a recuperar, gerando uma receita no valor de R\$ 11.448, registrada na conta de Outras Receitas Operacionais daquele exercício. No entanto, em março de 2015 a Companhia foi notificada através de Despacho Decisório que homologou parcialmente os pedidos de compensação (PER/DCOMP) do referido processo. Essa homologação parcial deve-se ao fato da RFB entender que a documentação apresentada não respalda a totalidade do crédito pleiteado, bem como em

Ativo	31/12/2014			01/01/2014		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Circulante						
Impostos a recuperar	19.924	(1.216)	18.708	8.065	(1.216)	6.849
Outras Contas do ativo circulante	139.431	-	139.431	100.454	-	100.454
Total do ativo circulante	159.355	(1.216)	158.139	108.519	(1.216)	107.303
Total do ativo não circulante	189.831	-	189.831	196.854	-	196.854
Total do ativo	349.186	(1.216)	347.970	305.373	(1.216)	304.157
Passivo						
Total do passivo circulante	102.030	-	102.030	47.445	-	47.445
Não circulante						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.468	5.973	10.441	4.636	5.973	10.609
Outras contas do passivo não circulante	118.033	-	118.033	128.313	-	128.313
Total do passivo não circulante	122.501	5.973	128.475	132.949	5.973	138.922
Patrimônio líquido						
Reserva de lucros	23.476	(7.189)	16.287	31.443	(7.189)	24.254
Outras contas do patrimônio líquido	101.178	-	101.178	93.536	-	93.536
Total do patrimônio líquido	124.654	(7.189)	117.465	124.979	(7.189)	117.790
Total do passivo e patrimônio líquido	349.186	(1.216)	347.970	305.373	(1.216)	304.157

virtude da utilização da capitalização composta da taxa Selic utilizada nos cálculos. A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade por entender que os valores glosados relativos à falta de documentação apresentada não são aplicáveis, porém reconheceu que houve erro ao corrigir os valores pela taxa Selic acumulada. Como resultado dos fatos acima citados, os valores correspondentes apresentados no balanço patrimonial para fins comparativos foram afetados conforme abaixo demonstrado:

	31/12/2014			01/01/2014		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	41.389	(3.078)		41.389	(3.078)	
Depreciação	10.084	9.598		307	60	
Resultado na venda de ativos imobilizados	307	60		12.238	7.268	
Encargos financeiros não realizados sobre empréstimos e financiamentos	7.657	670		1.755	1.811	
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.755	1.811		-	-	
Provisão para benefício pós-emprego	-	-		-	-	
Variações nos ativos e passivos	(10.615)	(27.496)		(2.314)	(77.732)	
Aumento em contas a receber	17.448	2.248		14.607	(4.092)	
(Aumento) Redução dos demais grupos do ativo	17.907	9.037		-	-	
Aumento dos demais grupos do passivo	(16.569)	-		(9.240)	(6.041)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	84.654	(87.747)		-	-	
Juros e encargos pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-		-	-	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(84.654)	(87.747)		84.654	(87.747)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de ativo imobilizado	(16.879)					

* continuação

4. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são reconhecidos e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos, recebíveis e caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos (veja nota explicativa 19). As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A Companhia avaliou o efeito do ajuste a valor presente (AVP) sobre o saldo de contas a receber de clientes e receita de vendas e, considerando o curto prazo entre o reconhecimento da receita e liquidação por parte do cliente, os valores calculados foram considerados imateriais, não gerando ajustes. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa aplicáveis de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e a intenção de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia avaliou o efeito do ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de passivos e não identificou valores materiais a serem ajustados. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo circulante. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deveria ter a sua ocorrência como altamente provável e deveria apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final afetam o lucro líquido reportado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. **Hedges de fluxos de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (hedge) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. **b. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques estão incluídos os custos de aquisição e gastos relacionados diretamente ao processo produtivo. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor de custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não pode exceder ao valor de reposição. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que não atendem a especificação da Companhia. Esta classificação é feita pela Administração com a participação da área industrial. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendo. O custo inclui custos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local necessário para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente gerarão receita para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia considera as seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado: • Edificações e benfeitorias - 60 anos; • Máquinas, equipamentos e instalações de operações - 8-35 anos; • Móveis e utensílios - 8-32 anos; • Computadores e periféricos - 8 anos; • Veículos - 10 anos. Os efeitos em taxas médias de depreciação para os itens com intervalo estão apresentados na nota explicativa 11. **d. Redução ao valor recuperável de ativos: (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e consequentemente, a Companhia não possui provisão para irrecuperabilidade registrada nesses exercícios. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e consequentemente, a Companhia não possui provisão para irrecuperabilidade registrada nesses exercícios. **e. Benefícios concedidos a empregados:** Os compromissos atuariais com os planos de seguro de vida e de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefícios definidos em outros resultados abrangentes. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g. Receita operacional:** A receita operacional da venda de produtos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos produtos foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos podem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os

produtos vendidos e, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. **h. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseado-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. **j. Novas normas e interpretações:** Algumas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. O CPC ainda não emitiu todos os pronunciamentos equivalentes aos IFRSs, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A Companhia está em fase de análise dos impactos destas novas normas em suas demonstrações contábeis, mas não antecipa impactos relevantes sobre suas demonstrações financeiras. Os pronunciamentos que passaram a vigor em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **5. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco: a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber de clientes:** O risco de crédito é administrado por procedimentos de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, com exigência de garantias. A Companhia não possui histórico de perdas e não registra provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e títulos de investimento. A Companhia realiza análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes, bem como as suas respectivas garantias a serem exigidas. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pelo comitê de crédito composto pelas áreas financeira e comercial sob a coordenação da gerência financeira, no qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se fontes internas e externas. Estas diretrizes visam permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a gerência financeira e a diretoria na avaliação e concessão deste crédito. A Companhia possui 20 clientes no mercado nacional e 01 cliente internacional, sendo que 40% do faturamento nesse mercado é atribuído a operações de venda com a Ipiranga. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são avaliados de acordo com suas características relativas à localização geográfica, segmento e existência de dificuldades financeiras anteriores. **b. Risco de liquidez:** A abordagem da Companhia na administração de liquidez de mercado e fluxo de caixa é garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e de empréstimos e financiamentos. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender as atuais demandas por recursos, o que inclui, mas não se limita, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. **c. Risco de mercado: Risco da taxa de câmbio:** O risco de mercado a que está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio. Como toda aquisição de petróleo da Companhia é precificada em moeda americana, sendo as vendas destinadas ao mercado nacional, há a necessidade de se acompanhar essas flutuações, de modo que a Companhia aplique uma gestão ativa de sua dívida, monitorando sua exposição cambial. A Companhia protege (hedge) de 90 a 100 por cento de seu fluxo de caixa esperado de moeda estrangeira com relação a compras de petróleo firmadas em contrato. **Risco de taxa de juros:** A Companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações do CDI diário. **Exposição a riscos de commodities e preços de derivados de petróleo:** O resultado da Companhia está diretamente associado ao negócio de refino de petróleo e venda de seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. A maior parte dos seus produtos são vendidos no mercado nacional. O petróleo cru é a matéria-prima principal da Companhia e tem seus preços expostos à cotação internacional. Para vendas no Brasil, os preços finais de derivados são controlados pela Petrobras. **d. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto os riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A Administração estabelece controles para administrar os riscos operacionais e gestão eficaz dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e. Riscos de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aporte de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	227	2.141
Aplicações financeiras	73.196	-
	73.423	2.141

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2015 são oriundos de renda fixa e remuneraram 99,8% do CDI. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, pois são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 19.

7. Contas a receber de clientes e partes relacionadas:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	7.648	3.105
Clientes	1	1.338
Sociedades controladoras	41.320	33.911
Empresas ligadas	48.969	38.354
Total	98.948	76.708
Não Circulante	898	980
Clientes	898	980
Total	99.846	77.688

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 10. A Companhia não apresenta histórico de perdas por inadimplência. Desta forma, não é constituída provisão para riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável.

8. Estoques:

	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	14.052	2.363
Produtos em elaboração	25.394	23.011
Matérias-primas	50.584	63.970
Matérias para manutenção	9.472	7.844
Total	99.502	97.188

O custo das vendas reconhecido no resultado durante o ano em relação às operações continuadas foi de R\$ 895.754 (R\$ 207.799 em 2014).

9. Impostos a recuperar:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	2.975	8.693
IRPJ e CSLL	378	8.482
COFINS	82	1.488
PIS	2	45
Outros	3.437	18.708
Total	7.274	27.316

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar são decorrentes de antecipações de impostos sobre o lucro, de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras e sobre prestação de serviços.

10. Partes relacionadas: As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	2015			
	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas brutas	Compras
Empresas				
Braskem S.A.	-	9.111	-	270.138
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	1	37.191	-	578.838
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	52	-	620
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	25.234	8	554.787	359
Petrobras Distribuidora S.A.	12.706	-	462.540	-
Quantil Distribuidora Ltda.	1.966	143	29.838	143
Liquigás Distribuidora S.A.	1.414	-	14.687	-
Empresa Carioca de Produtos Químicos-EMCA	-	-	1.773	-
Total	41.321	46.505	1.063.625	850.098

	2014		2015	
	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas brutas	Compras
Empresas				
Braskem S.A.	-	8.947	-	53.595
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	1.338	22.065	79.793	220.828
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	51	-	587
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	15.080	-	64.088	-
Petrobras Distribuidora S.A.	16.591	-	46.297	7.814
Quantil Distribuidora Ltda.	2.240	-	41.587	-
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	56	-
Empresa Carioca de Produtos Químicos-EMCA	-	-	5.229	-
Total	35.249	31.063	237.350	282.824

As operações comerciais da Companhia com suas partes relacionadas são efetuadas a preços e condições estabelecidos entre as partes e alinhadas com as práticas de mercado. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** O total da remuneração de beneficiários de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2015 foi de R\$ 1.075 (R\$ 1.032 no exercício de 2014), referente a diretor superintendente e conselheiros. O plano de benefícios aos colaboradores da Companhia inclui participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, auxílio-creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório, plano de saúde e plano de previdência privada.

11. Imobilizado: a. Composição dos saldos:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Taxa média de Depreciação % a.a.				
Terrenos	12.272	-	12.272	12.272
Edificações e benfeitorias	2 38.211	(11.679)	26.532	26.703
Máquinas, equipamentos	4 254.960	(117.309)	137.651	140.868
Móveis e utensílios	2 2.440	(1.695)	745	612
Computadores e periféricos	13 3.054	(1.414)	1.640	1.311
Veículos	14 420	(232)	188	209
Obras em andamento	13.372	-	13.372	4.456
Outros	10 63	(23)	40	45
	324.792	(132.352)	192.440	186.476

b. Movimentação do custo:

	31/12/2014			2015		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo	
Terrenos	12.272	-	-	-	12.272	
Edificações e benfeitorias	37.234	-	-	977	38.211	
Máquinas, equipamentos	249.920	1.976	(440)	3.504	254.960	
Móveis e utensílios	2.260	174	(3)	9	2.440	
Computadores e periféricos	2.467	589	(2)	-	3.054	
Veículos	413	28	(21)	-	420	
Obras em andamento	4.456	13.961	(555)	(4.490)	13.372	
Outros	63	2	-	-	63	
	309.085	16.728	(1.021)	-	324.792	

31/12/2013

	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	12.272	-	-	-	12.272
Edificações e benfeitorias	37.234	-	-	4.026	37.234
Máquinas, equipamentos	242.409	4.222	(737)	-	249.920
Móveis e utensílios	2.108	152	-	-	2.260
Computadores e periféricos	2.389	263	(185)	-	2.467
Veículos	421	-	(8)	-	413
Obras em andamento	3.272	6.220	(1.010)	(4.026)	4.456
Outros	61	2	-	-	63
	300.166	10.859	(1.940)	-	309.085

c. Movimentação da depreciação:

	31/12/2014			31/12/2015		
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação		
Edificações e benfeitorias	(10.531)	(1.147)	-	-	(11.678)	
Máquinas, equipamentos e instalações de operações	(109.052)	(8.330)	73	73	(117.310)	
Móveis e utensílios	(1.648)	(49)	2	2	(1.695)	
Computadores e periféricos	(1.156)	(260)	1	1	(1.414)	
Veículos	(204)	(41)	13	13	(233)	
Outros	(18)	(5)	-	-	(23)	
	(122.609)	(9.832)	89	89	(132.352)	

31/12/2013

	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(9.395)	(1.149)	13	(10.531)
Máquinas, equipamentos e instalações de operações	(101.264)	(7.810)	22	(109.052)
Móveis e utensílios	(1.609)	(39)	-	(1.648)
Computadores e periféricos	(1.042)	(303)	189	(1,156)
Veículos	(172)	(40)	8	(204)
Outros	(13)	(5)	-	(18)
	(113.495)	(9.346)	232	(122.609)

Durante o exercício de 2015 a Companhia realizou revisões periódicas da vida útil econômica dos itens de imobilizado, sendo que não houve alterações relevantes na vida útil estimada nos exercícios anteriores.

12. Financiamentos, empréstimos e debêntures:

	Saldos em		Valor de principal	Encargos Financeiros	Ano de Vencimento
	31/12/2015	31/12/2014			
Características Moeda nacional					
BNDES Automático	1.484	2.734	5.003	4,30% a.a. + TJLP	2016 a 2017
BNDES Automático	747	950	1.251	3,30% a.a. + UMBNDES	2016 a 2017
BNDES Prosoft	-	59	267	8,00% a.a. + 4,50% a.a.	2015
Finame	724	883	851	5,50% a.a.	2019 a 2021
Debêntures	43.945	52.225	50.179	111,50% CDI	2016 a 2018
Capital de Giro	-	30.267	30.000	107,5% CDI	2015
Moeda estrangeira US\$					
4131	-	3.949	4.000	VC + 4,24% a.a.	2015
Finimp	29.491	-	28.305	VC + 3,90% a.a.	2016
Finimp	21.181	-	20.521	VC + 4,35% a.a.	2016
Total circulante					

continuação

b. Riscos possíveis: A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e civis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 3.638 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.188 em 31 de dezembro de 2014). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **16. Benefícios a empregados:** A Companhia possui um conjunto de benefícios após aposentadoria para seus empregados elegíveis a esses direitos. Os benefícios existentes são: seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica e indenização do FGTS. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para benefício pós-emprego relacionada à indenização do FGTS por tempo de serviço, plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis ("benefícios complementares"). A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está apresentada abaixo:

	2015	2014
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(455)	(776)
Despesas no ano	(94)	(146)
Benefícios pagos pela empresa no ano	128	128
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(140)	339
Saldo final em 31 de dezembro	(689)	(455)
Custo de serviço corrente	40	57
Custo dos juros	54	89
Composição das despesas no ano	94	146

	2015	2014
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(1.310)	(1.363)
Despesas no ano	(135)	(144)
Benefícios pagos pela empresa no ano	228	246
Reconhecimento imediato dos ganhos/perdas em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(565)	(49)
Saldo final em 31 de dezembro	(1.782)	(1.310)
Custo dos juros	135	144
Composição de despesas no ano	135	144

	2015	2014
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(41.436)	(41.101)
Despesas no ano	(4.793)	(4.608)
Benefícios pagos pela empresa no ano	3.040	2.713
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	5.092	1.560
Saldo final em 31 de dezembro	(38.097)	(41.436)
Custo de serviço corrente	4	20
Custo dos juros	4.789	4.588
Composição de despesas no ano	4.793	4.608

	2015	2014
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(43.201)	(43.240)
Despesas no ano	(5.022)	(4.898)
Benefícios pagos pela empresa no ano	3.268	3.087
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	4.387	1.850
Saldo final em 31 de dezembro	(40.568)	(43.201)
Custo de serviço corrente	44	77
Custo dos juros	4.978	4.821
Composição de despesas no ano	5.022	4.898

Os ganhos ou perdas atuariais relacionados à valorização das obrigações presentes para os benefícios de longo prazo a empregados são registrados em outros resultados abrangentes. Para os benefícios que compõem o saldo de passivo registrado pela Companhia não há ativos dos planos a serem mensurados a valor justo. A apresentação dos montantes devidos por benefícios a empregados em passivo circulante em 31 de dezembro de 2015 considera a parcela das despesas projetadas para o exercício de 2016, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Custo do serviço	51	51
Custo dos juros	88	4.981
Total	139	5.032

A composição final dos montantes apresentados no passivo está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Seguro de vida	(1.782)	(1.310)
Plano de assistência médica e odontológica	(38.097)	(41.436)
Multa FGTS	(689)	(455)
Total	(40.568)	(43.201)
Circulante	(5.032)	(5.022)
Não circulante	(35.536)	(38.179)

A movimentação dos registros de ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes durante os exercícios está apresentada abaixo:

	2015	2014
Outros resultados abrangentes	2.363	1.850
Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2013	1.850	4.213
Ganhos atuariais líquidos em 2014	4.213	4.387
Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2014	8.600	8.600

As principais premissas adotadas no cálculo da Companhia foram as seguintes:

	2015	2014
Taxa de desconto nominal acrescida da inflação	7,10	7,10
Taxa média de crescimento salarial projetada	5,00	5,40
Taxa de inflação (longo prazo)	9,20	9,62
Fator nominal de crescimento do saldo do FGTS	3,57	3,92
Fator de capacidade dos salários e benefícios	97	98

Premissas biométricas utilizadas (consistentes em todos os anos apresentados): Tábua de mortalidade - AT 2000 Base suavizada em 10% e segregada por sexo (*). Tábua de rotatividade - Towers Watson ajustada ao estudo de 2006; Tábua de mortalidade de inválidos - RRB 1983; Tábua de entrada de invalidez - RRB 1944 modificada; % de participantes ativos casados na data da aposentadoria: 95%; Diferença de idade entre participante e cônjuge: esposas são 4 anos mais jovens que os maridos; Idade de aposentadoria: 60 anos. (*) Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábua de mortalidade CSO-80. **17. Participação nos resultados:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estas participações são calculadas com base no resultado do exercício, após dedução dos prejuízos acumulados, e da provisão para o imposto de renda e contribuição social, sendo retiradas sucessivamente e na ordem abaixo: **a) Participação dos empregados da Companhia:** Calculada em até 3% sobre o lucro líquido, o qual será apurado com a exclusão dos resultados decorrentes de investimentos societários, registrados na demonstração de resultado como receita ou despesa por: equivalência patrimonial, amortização de ágio ou deságio e alienação ou baixa de investimentos societários e, ainda, dos juros pagos ou recebidos pela Companhia como remuneração sobre o capital próprio. **b) Participação dos administradores da Companhia:** Calculada, ao final do exercício, em até 10% sobre o lucro remanescente após a dedução das participações dos empregados, não podendo esta ultrapassar a remuneração global anual fixada para estes pela Assembleia Geral. Em 2015, a participação dos empregados e dos administradores nos lucros da Companhia atingiu o montante de R\$ 2.043 (R\$ 0 em 2014). **18. Patrimônio líquido: a. Capital social:**

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias e 10.137.525 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis. As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos). **b. Reserva de lucros:** • **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da companhia, até o limite de 20% do capital social. O valor destinado para a reserva legal em 2015 foi de R\$ 1.240. **c. Remuneração aos acionistas:** Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício, descontados prejuízos acumulados, se houver, após a destinação de participação de empregados, administradores e de 5% para reserva legal. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias. Em 2015, os dividendos foram calculados conforme segue:

	2015
Lucro líquido do exercício	24.784
(-) Reserva Legal	(1.240)
Base de cálculo para dividendos propostos	23.544
Dividendos mínimos propostos	(7.064)
Subtotal para destinação	16.480
Valor do dividendo por ação ordinária: R\$ 0,4331	
Valor do dividendo por ação preferencial: R\$ 0,4764	

d. Ajustes de avaliação patrimonial: Constituída em decorrência da opção pela adoção do custo atribuído (deemed cost) que ajustou os saldos de abertura dos bens do ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. O ajuste do custo atribuído registrado na reserva de ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados líquida dos encargos tributários. Os demais valores saldos que compõem a conta são referentes a variação do valor justo dos planos de benefício a empregados e ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa. **19. Instrumentos financeiros: a) Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Receíveis	amortizável	Receíveis	amortizável
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	73.423	-	2.141	-
Contas a receber de clientes	48.969	-	38.354	-
Ganhos não realizados com derivativos	6.912	-	934	-
Outros ativos circulantes	1.037	-	814	-
Passivo				
Financiamentos e empréstimos e debêntures	-	(97.572)	-	(91.067)
Fornecedores	-	(50.995)	-	(33.547)
	-	(148.567)	-	(124.614)

b) Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito: A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Receíveis	amortizável	Receíveis	amortizável
Caixa e equivalentes de caixa	73.423	-	2.141	-
Contas a receber de clientes	48.969	-	38.354	-
Ganhos não realizados com derivativos	6.912	-	934	-
Outros ativos circulantes	1.037	-	814	-
Total	130.341	-	42.243	-

Todos os montantes apresentados estão relacionados ao mercado nacional, não existindo recebível em aberto no mercado externo. A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência. Desta forma, não é constituída provisão para riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável. **c) Risco de liquidez:** A seguir, estão os prazos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2015:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 até 9 anos
31 de dezembro de 2015						
Passivos financeiros não derivativos						
Financiamentos, empréstimos e debêntures	97.572	111.125	80.788	20.896	9.178	263
Fornecedores	50.995	50.995	-	-	-	-
Total	148.567	162.120	131.783	20.896	9.178	263

d) Risco cambial: Instrumentos financeiros derivativos - risco cambial: A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF - "Non Deliverable Forward"). As operações abaixo referem-se a NDFs em aberto em 31/12/2015:

Tipo de instrumento/proteção	Moeda	Vencimento	Valor nominal em US\$ mil	Valor em R\$ 31/12/15
NDF - Importação de matéria prima	US\$	15/01/2016	21.500	499
NDF - Importação de matéria prima	US\$	04/03/2016	20.800	2.302
NDF - Importação de matéria prima	US\$	02/05/2016	19.600	3.128
NDF - Importação de matéria prima	US\$	13/06/2016	15.500	801
NDF - Importação de matéria prima	US\$	13/06/2016	2.660	182
Total			80.060	6.912

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras de dólar norte-americano e variação de DI foram obtidas a partir da BM&FBovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima do vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. **Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos de hedge de fluxo de caixa:** A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger a compra de matéria-prima (petróleo). O instrumento financeiro contratado antes do início da entrada da matéria-prima é considerado contabilmente como derivativo de hedge de fluxo de caixa, sendo que parcela considerada efetiva é registrada no patrimônio líquido no grupo de ajuste de avaliação patrimonial. Após a entrada da matéria-prima importada, que substancialmente coincide com a liquidação do saldo de fornecedores do exterior, a parcela efetiva é registrada no grupo de estoques. Após a matéria-prima ser transformada e vendida na forma de derivado de petróleo, este resultado é reconhecido no grupo de custo dos produtos vendidos. O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados em aberto em 31 de dezembro de 2015, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e o reconhecimento do resultado dos mesmos nas contas de ajuste de avaliações patrimoniais:

	31/12/2015
Ativo	
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	6.912
Patrimônio líquido	
Ajuste de avaliação patrimonial	6.912

Além dos montantes apresentados acima como contratos em aberto, durante o exercício de 2015 a Companhia apresentou os seguintes valores pagos por NDFs, já reconhecidos no resultado, conforme segue:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases: Operações concentradas em partes relacionadas:** Conforme demonstrado na nota explicativa nº 10, as operações da Companhia são concentradas com seus acionistas ou partes relacionadas aos seus acionistas

	2015
Valores pagos	(8.669)
Valores recebidos	41.703
Total	33.034

e) Risco de taxa de juros: Perfil: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	73.196	-
Passivos financeiros	(97.572)	(91.067)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo.

	31 de dezembro de 2015	
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	73.423	73.423
Financiamentos e empréstimos	97.572	97.572

Análise de sensibilidade taxa variável (1%)
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos

	31 de dezembro de 2015	
	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	73.423	73.423
Financiamentos e empréstimos	97.572	97.572

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras retidas; as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. Financiamentos, empréstimos e debêntures: o valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os financiamentos e empréstimos estão substancialmente representados por debêntures emitidas pela Companhia, sendo que a Companhia não apurou variações significativas em relação ao contrato firmado, mantendo taxas para desconto a valor justo similares às taxas efetivamente contratadas. **20. Receita líquida de vendas:** Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2015	2014
Receita bruta de vendas de produtos	1.381.849	198.896
Receita bruta de serviços	13.881	91.804
Impostos sobre vendas	(420.822)	(57.392)
Total da receita operacional líquida	974.908	233.308

21. Receitas financeiras e despesas financeiras:

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros	(12.238)	(6.674)
Variações cambiais passivas	(263)	(172)
Outros	(1.568)	(422)
Total	(14.069)	(7.268)

	2015	2014
Receitas financeiras		
Juros	11.798	5.541
Variações monetárias ativas	1.695	-
Outros	11	231
Total	13.504	5.772

22. Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2015	2014
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social:	41.389	(3.078)
Alíquota fiscal combinada:	34%	(1.047)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada:	14.072	(422)
Adições permanentes, líquidas despesas não dedutíveis	570	-
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	(668)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias*	3.071	1.047
Outros	(476)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente no exercício:	16.569	-
Alíquota efetiva	40%	-

* A Companhia não registra o ativo diferido sobre diferenças temporárias por não ter apresentado lucro tributável expressivo nos três últimos exercícios e por entender que a mudança do cenário para a operação de refino próprio mencionada na nota explicativa 1 é muito recente para a garantia da continuidade de resultados futuros, haja vista a possibilidade de redução dos preços de combustíveis no Brasil para acompanhar a redução do preço de petróleo no mercado internacional. **Passivos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos têm a seguinte origem:

	31/12/2015	31/12/2014
Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	26.857	28.348
Diferença de vidas úteis - depreciação	8.663	7.136
Passivo não circulante	35.520	35.484

A Companhia possui também diferenças temporárias originadas dos valores de provisão para contingências, no valor de R\$ 16.057 (R\$ 11.437 em 2014), e passivos de benefícios pós-emprego, no montante de R\$ 40.568 (43.201 em 2014). Considerando as características dos passivos que geram estas diferenças temporárias sua realização é estimada por um período superior a 10 anos. A Companhia não constituiu impostos diferidos ativos sobre estes montantes visto que estimativas de resultado tributável futuro não estavam disponíveis para os períodos quando é esperada a realização dos mesmos. **23. Despesas por natureza:**

	2015	2014
Depreciação	(10.084)	(9.598)
Despesas com pessoal - remuneração	(21.418)	(17.893)
Materiais-primas/produtos adquiridos	(847.366)	(161.268)
Despesas com encargos e benefícios aos empregados	(20.070)	(16.883)
Outros	(34.428)	(30.665)
Total	(933.366)	(236.307)
Despesas de vendas	(7.907)	(6.476)
Despesas administrativas	(29.705)	(22.033)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(895.754)	